

PROBLEMATIZANDO AS REPRESENTAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO DE “INCLUSÃO”

ALVES, Cristina Nacif (LaPEADE/FE/UFRJ) e
PAULINO, Marcos Moreira (LaPEADE/FE/UFRJ)

Este trabalho discute aspectos referentes às representações dos alunos da FE/UFRJ sobre as disciplinas oferecidas pela Licenciatura, levando-se em consideração o conceito de inclusão que os alunos têm. Tais representações decorrem da pesquisa “Ressignificando a formação de professores para uma Educação Inclusiva”, desenvolvida pelo LaPEADE – Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação/UFRJ-FE. Com base no questionário aplicado na pesquisa, o objetivo é debater sobre a avaliação das disciplinas, feita pelos alunos. A visão de uma disciplina “inclusiva” requer o envolvimento de três instâncias: o **professor** – que leve em consideração a racionalidade do aluno, assim como a preocupação com a apropriação de conceitos que favoreçam a reflexão, o questionamento e o enfrentamento em relação às culturas, políticas e práticas de inclusão; a **instituição** – cuja forma de organização e estrutura visem à inclusão do aluno; e o **aluno** – de quem se espera o interesse em participar com vistas a exercer papel interativo e crítico na tentativa de contribuir para a construção dialógica da disciplina.

O presente trabalho concentra-se em duas questões do referido questionário (questões 36 e 37) que buscam informar sobre a inclusividade das disciplinas ofertadas nas Licenciaturas e o grau de inclusividade do cotidiano da FE em aspectos específicos respectivamente.

As disciplinas oferecidas pelas Licenciaturas, e que serviram de objeto de investigação na questão 36, foram Didática Geral, Fundamentos Filosóficos da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino, Psicologia da Educação I, Psicologia da Educação II, Sociologia da Educação, Prática de Ensino, Didática Especial I e Didática Especial II. Para a avaliação foram sugeridos aspectos didático-pedagógicos referentes aos objetivos, à relevância dos conteúdos, à preocupação, durante a exposição, com a participação do aluno, ao respeito ao

tempo pessoal do aluno para a realização das tarefas, às formas de avaliação, ao acesso a material de apoio e à disponibilidade de material didático e informação via internet.

A questão 36 do questionário aplicado aos alunos que cursam a Licenciatura na FE/UFRJ buscou inferir sobre as representações dos alunos acerca das disciplinas exigidas pela Licenciatura. Para tal, essa questão solicitou ao sujeito da investigação que, levando em consideração a perspectiva de educação inclusiva explicitada na questão 25 e na questão 34, avaliasse o quadro de disciplinas cursadas por ele na Licenciatura, como foco nos aspectos didáticos-pedagógicos, acima citados, de acordo com os seguintes critérios: 5 para **Totalmente Inclusivo**, 4 para **Muito Inclusivo**, 3 para **Razoavelmente Inclusivo**, 2 para **Pouco Inclusivo**, 1 para **Nada Inclusivo** e NO para **Não Observado**. A perspectiva de educação inclusiva ressaltada, nas questões 25 e 34, tem referencia em Booth, Ainscow & Dyson e em Santos:

“(...) falar em inclusão em educação implica também falar avaliar os aspectos que constituem barreiras para que o processo ensino-aprendizagem transcorra sem riscos de exclusão, em todos os níveis de ensino.” (Santos, 2003, p. 78-91)

“(...) refere-se à redução de todas as pressões pela exclusão, e de todas as desvalorizações que os alunos sofrem, seja com base em deficiências, rendimento, religião, classe, estrutura familiar, estilo de vida ou sexualidade.” (Booth, Ainscow & Dyson)

Assim, a interpretação da questão 36 encontra-se, diretamente, ligada às respostas apontadas pelos sujeitos investigados nas questões 25 e 34, bem como, de forma indireta, ao que consideram sobre a importância da discussão sobre educação suscitada pela questão 33 do referido questionário. Na questão 33, pedimos aos alunos que se posicionassem quanto à importância da discussão sobre a educação inclusiva, tendo sido sugeridos os seguintes critérios: **indispensável; muito importante; importante, porém dispensável; sem importância.**

A avaliação de uma disciplina como inclusiva, assim como de suas variáveis, por um lado, diz respeito ao conceito de inclusão e ao de professor inclusivo que o sujeito investigado tem, e por outro, sobre a importância que esses conceitos assumem na sua

visão de mundo. Nesse sentido, a variabilidade do conceito “inclusivo” relaciona-se com as múltiplas representações que as interpretações podem assumir por parte daqueles que estão envolvidos na pesquisa.

Na questão 34, foi solicitado que os investigados designassem características de um professor inclusivo em consonância com a definição de “Educação Inclusiva” fornecida no questionário. Por exemplo, um professor inclusivo pode ser caracterizado como aquele que é respeitador, atencioso, educado ou como aquele que apresenta um posicionamento político, didático ou organizado. No entanto, tais atributos por si só não traduzem a prática inclusiva, pois não definem o *como*, o *para quê*, o *porquê* das ações de um professor, ainda que se constituam em indicativos delas. Visto que, qualquer intenção seja inclusiva ou excludente pode estar relacionada com os atributos acima referidos.

De acordo com a nossa visão, uma disciplina para se configurar como **totalmente inclusiva** requer uma prática dialética por parte do professor que leve em consideração a racionalidade do aluno e suas representações sobre o mundo, os fatos e os conteúdos abordados, assim como a preocupação com a internalização de conceitos que favoreçam a reflexão, o questionamento e o enfrentamento em relação às culturas, políticas e práticas de exclusão no âmbito da sociedade, de modo geral, e às aprendizagens, especificamente, no da educação.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à forma como a instituição se organiza e se estrutura para incluir/excluir aqueles que dela fazem parte. Isso abarca desde o número de vagas oferecidas, a seleção dos candidatos, as burocracias para as inscrições até os programas de assistência estudantil, que visem garantir a permanência do estudante na instituição.

Além do que foi anteriormente dito sobre a prática do professor e das características institucionais, é preciso que seja levado em conta o interesse do aluno em participar com vistas a exercer papel interativo e crítico na tentativa de contribuir para a construção dialógica da disciplina.

A partir dessas três instancias – professor, instituição e aluno – podemos inferir sobre o que seria uma disciplina inclusiva e, de acordo com a análise dos dados, sugerir outras possibilidades de ação ou até mesmo a manutenção das mesmas.

A questão 37 do questionário aplicado convida os licenciandos a julgarem os aspectos institucionais relacionados à relacionamento interpessoal, à acessibilidade às informações acadêmicas, à participação estudantil e à disponibilização de recursos de apoio e incentivo à participação, segundo os critérios de avaliação, com variação de grau desde 1 (um) até 5 (cinco), considerando-se totalmente inclusivo como grau máximo e nada inclusivo como mínimo, cabendo, ainda, a não observação dos referidos aspectos.

A solicitação para a determinação de uma graduação sobre as questões levantadas no questionário envolve os pontos de vistas sobre os quais a avaliação se sustenta. Por isso, para que se proceda à análise dos dados obtidos, não se pode deixar de considerar diversas representações que abarcam cada uma das questões e, conseqüentemente, cada uma das avaliações indicadas.

Inferir sobre totalmente inclusivo (**5**), muito inclusivo (**4**), relativamente inclusivo (**3**), pouco inclusivo (**2**), nada inclusivo (**1**) ou não observado (**NO**) implica, em primeiro lugar, o questionamento sobre de que lugar o entrevistado fala, se do ponto de vista individual ou coletivo. O do lugar social por ele ocupado, traços característicos de sua participação social são revelados. Pode-se pensar que um indivíduo em condições favoráveis financeiramente, não encontre dificuldades de colocar diante de problemas institucionais para exigir direitos ou conquistar espaços. É possível, também, que um indivíduo acostumado a situações de opressão se julgue impotente diante dos problemas e não se encontre em condições de julgá-los. Ainda, levanta-se a possibilidade de que haja indivíduos que assumam um posicionamento de pouca afinidade com as questões suscitadas pelo questionário ou mesmo de pouca crença nas possibilidades de interferência na organização e na estruturação da instituição social. Poder-se-ia levantar muitas outras hipóteses a respeito das respostas conferidas aos questionários. Entretanto, nesse momento, é suficiente ressaltar que há inúmeras e variadas formas de se interpretar as respostas. Da mesma forma, para o critério de não observação (**NO**) cabe ressaltar que tal julgamento pode estar

relacionado a representações do tipo “nunca me interessei”, “não tenho acesso a”, “não me interesse por”, “nunca me dei conta”, “nunca precisei” e não apenas a “não tenho condições ou informações suficientes para julgar”.

Além do acima considerado, é preciso refletir sobre a relação das idéias oferecidas pelas avaliações com cada um dos aspectos levantados pelo questionário.

Como relacionamento interpessoal são destacadas as interações entre aluno-aluno, professor-aluno, funcionário-aluno, professor-professor, direção-aluno, direção-funcionário e direção-professor. Embora o critério **NO** (NÃO OBSERVADO) tenha predominado no gráfico geral, da tabulação dos dados merecem atenção:

- Aluno-aluno: NO = 1,69% ; TI, MI, RI somam mais de 70%
- Professor-aluno: MI e RI somam mais de 70% e NO = 0,89%, Funcionário-aluno: PI e NI somam \cong 50% e NO = 19,76%
- Direção-aluno: PI e NI somam \cong 40% e NO = 32%.

Em relação às informações acadêmicas pretendeu-se investigar o acesso dos alunos da FE/UFRJ a partir dos murais, das salas de departamento, da coordenação de graduação, bem como das informações contidas nos domínios da UFRJ, da FE e da intranet. Embora o critério **RI** (Razoavelmente Inclusivo) tenha sido predominante, cabe destacar:

- Quanto ao aspecto *homepage* da FE/UFRJ aproximadamente 32% para NO e aproximadamente 22% para RI.

No tocante à participação estudantil nas ações e decisões da FE/UFRJ, os alunos das Licenciaturas foram questionados em relação ao currículo, à execução das políticas de assistência estudantil, aos grupos de pesquisa/extensão, a aspectos físicos/instalações e à representação estudantil nos colegiados. Embora NO tenha sido o critério predominante, apontamos:

- No item relativo aos aspectos físicos (banheiros, salas, bebedouros...) NO \cong 16%, NI \cong 39% e TI = 0,79%.

Quanto aos recursos de apoio e incentivo oferecidos à participação, a avaliação solicitada disse respeito ao laboratório de informática, ao apoio financeiro, à acessibilidade

física e a serviços, como xerox, piscina, audiovisuais, alimentação etc. Embora o item NI tenha sido predominante, observamos:

- A equivalência entre NI e NO em acesso à laboratório de informática (35% cada) e ao apoio financeiro (38% cada);
- A equivalência entre NI e PI relacionada aos serviços oferecidos (25% cada).

Considerações Finais

Cabe ressaltar que, após a coleta de dados pelo questionário, a pesquisa “Ressignificando a formação de professores para uma Educação Inclusiva” encontra-se em fase de construção de conceitos, para que se possa dar prosseguimento a análise. Neste contexto este trabalho foi escrito e, ao problematizarmos o conceito “inclusão” podemos compreender as diferentes representações contidas nesta categoria. Incluir para nós não se limita a fazer com que os que estão “fora” possam se sentir ou estar “dentro”. Inclusão passa por um questionamento sobre o que significa estar dentro, como, porque e para que estar dentro. Incluir, portanto, não pretende manter a mesma lógica: tal luta, constante e infinita, pretende uma mudança estrutural, uma sociedade menos hierarquizada e excludente.

Consideramos que a classificação sobre a “inclusividade” nos quesitos inqueridos nos fornece muitos instrumentos para pensar/agir sobre o que FE/UFRJ representa, como local de formação. Tal avaliação não pretende se resumir a uma simples pesquisa de opinião: cabe pensar, neste momento da pesquisa, o que significa avaliar alguma característica como inclusiva, não inclusiva ou até mesmo não observá-la - em qualquer uma das hipóteses algo muito importante está sendo dito, de forma explícita ou apenas sinalizado. Além de identificar tais demandas pretendemos desenvolver propostas para combater os mecanismos de exclusão, contrapondo-o ao desenvolvimento de culturas, políticas e práticas de inclusão. As contribuições dos alunos desta forma colocam-se como fundamentais para uma resignificação verdadeira da formação de professores, baseada em novos ideais igualitários e democráticos.

Referências Bibliográficas

SAWAIA, Bader (org.) **As Artimanhas da Exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, Vozes, 1999.



SANTOS, Mônica Pereira dos. **O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva.** Revista da Faculdade de Educação da UFF- n. 7, maio 2003- pp. 78-91.

BOOTH, Tony. et alii. **Index for Inclusion – developing learning and participation in schools.** Bristol, CSIE, 2000.